



Finanças e técnicos de contas continuam braço-de-ferro na entrega de IRS e IRC

Ministério afirma que capacidade do Portal aumentou, mas técnicos de contas denunciam dificuldades.

Paula Cravina de Sousa
paula.cravina@economico.pt

Continua a guerra entre o Ministério das Finanças e os técnicos oficiais de contas em relação à entrega das declarações de IRS e de IRC, cujo prazo foi prolongado na passada terça-feira para dia 3 de Junho, depois de se terem verificado alguns problemas no Portal das Finanças.

Num comunicado divulgado ontem, o organismo de Teixeira dos Santos afirma que a capacidade do Portal das Finanças para que os contribuintes pudessem entregar as suas declarações de rendimentos aumentou face aos anos anteriores e defendeu ainda que a informação relativa à modelo 22 de IRC foi disponibilizada atempadamente. Na resposta, o bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC), Domingues Azevedo, afirma que os problemas persistem e que a ordem "manifesta-se indisponível para este tipo de situações que mais parecem brincadeiras de putos do que de responsáveis pelo funcionamento das contas públicas".

A OTOC afirmou que os problemas se mantiveram durante o dia de ontem, apesar de não ter tido queixas significativas dos técnicos oficiais de contas. "Se a situação se mantiver, a OTOC avançará para os tribunais com uma providência cautelar", que impeça o início dos processos de contra-ordenação, disse em declarações ao Diário Económico. Além disso, na página criada no Facebook - As vítimas do Portal das Finanças - foram vários os casos de técnicos oficiais de contas que durante o dia publicitaram as suas dificuldades em aceder ao site das Finanças para entregar as declarações.

As dificuldades estendem-se ainda aos sistemas informáticos da Direcção-Geral dos Impostos (DGCI), segundo Domingues Azevedo. Esta versão é corroborada pelo vice-presidente do

Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos (STI). Marcelo Castro avança que "o cenário era de caos completo em todos os Serviços de Finanças". "Alguns funcionários chegaram a ser ameaçados por contribuintes", afirmou, explicando ainda que "neste momento não vale a pena os contribuintes dirigirem-se às repartições, porque não conseguem ser atendidos". A situação é reconhecida pelo próprio ministério: "Para conseguir acomodar a pressão adicional dos contribuintes inerentes a esta fase, foi necessário que a administração fiscal operasse, duran-

te este período, com um regime de acesso limitado ao seu próprio sistema informático de trabalho". As Finanças afirmam ainda que este facto provocou "pressão adicional em todos os funcionários".

Sobre o IRC, o Ministério das Finanças afirma que a informação foi disponibilizada a tempo e que apesar do acesso ao modelo 22 só ter sido efectivo a 18 de Abril "não constituiu qualquer impedimento" a que os contribuintes tivessem tratado de todos os procedimentos necessários ao preenchimento da declaração antes do final do prazo.

As Finanças dizem ainda que apesar de se ter verificado uma "redução na rapidez do sistema, este não só se manteve operacional como suportou um volume de acessos e entregas superior" ao do último dia de entregas de 2010. O organismo apresenta números diferentes dos divulgados nos últimos dias pela imprensa. Segundo o comunicado, o número de empresas que ainda não tinha entregue a declaração não chegava às 21 mil e os contribuintes que tinham entregue o IRS ultrapassaram mesmo o número dos que a entregaram em 2010. Até ao final do dia 30 já tinham sido entregues quase 1,4 milhões de declarações, mais 4,4% do que as entregues no ano passado.

Estes valores são diferentes dos apresentados no Portal das Finanças que se referem às declarações submetidas e que serviram de base aos cálculos do Diário Económico, segundo os quais 354.596 ainda não tinham entregue as suas declarações de IRS e de IRC na passada terça-feira. Segundo o Diário Económico apurou, os números das Finanças baseiam-se apenas nas declarações recebidas na campanha deste ano, referentes aos rendimentos de 2010, não considerando as declarações de anos anteriores e que são submetidas pelos contribuintes várias vezes. ■



O director-geral dos Impostos, Azevedo Pereira, sentiu dificuldades nos sistemas informáticos, com vários Serviços de Finanças sem sistema.



O bastonário da OTOC, Domingues Azevedo afirma que se os problemas se mantiverem avançará com a providência cautelar junto dos tribunais.

VENDA ELECTRÓNICA DE BENS PENHORADOS ACELERA



O sistema electrónico de venda de bens penhorados pelo Fisco passa, a partir de hoje, a ser a modalidade regra de venda, numa lista que conta já com 3.941 bens em leilão, na maioria imóveis, participações sociais e viaturas e outros bens móveis. A portaria, ontem publicada, fixa os novos procedimentos e estabelece que a venda por proposta em carta fechada não é abolida, mas passa a estar reservada a situações excepcionais. Objectivo: garantir maior transparência, celeridade e maximizar as receitas para os cofres do Estado através do processo de leilão electrónico, conduzido pela DGCI e centralizado no portal das Finanças, onde poderão ser consultados os anúncios de venda, introduzidas as ofertas e a evolução do leilão. Tal como já acontece, só podem efectuar licitações os utilizadores registados o portal das Finanças, que terão de requerer previamente uma palavra-chave.